



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Divisão de Planejamento e Controle de Aquisições - DPCA  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha - CEP 90046900 - Porto Alegre - RS - www.ufrgs.br  
5º andar

## TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA MDO

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO COM BASE NA  
PUBLICAÇÃO DA AGU EM MARÇO/2022.

### TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

### PREGÃO ELETRÔNICO

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **23078.567808/2022-98**

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de seguro para a frota de veículos oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme as especificações estabelecidas neste termo Termo de Referência.

GRUPOS	ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO	CÓD. CATSERV	UN. DE MEDIDA	QTD TOTAL	VALOR TOTAL/ANUAL ESTIMADO - R\$	VALOR PARA 60 MESES - R\$
1	1	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 1 – Veículos de passeio	22764	unidade	15	R\$ 11.615,71	R\$ 58.078,55
	2	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 2 – Veículos Reitoria	22764	unidade	4	R\$ 5.066,89	R\$ 25.334,45
	3	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 3 – Caminhão	22764	unidade	11	R\$ 38.859,26	R\$ 194.296,3
	4	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 4 – Ônibus	22764	unidade	8	R\$ 20.932,03	R\$ 104.660,15
	5	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 5 – Máquinas agrícolas	22764	unidade	1	R\$ 26.527,87	R\$ 132.639,35
	6	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 6 – Caminhonetes	22764	unidade	15	R\$ 14.124,88	R\$ 70.624,4
	7	Pagamento Coberturas Seguro Veículo Grupo 7 – Veículos diversos	22764	unidade	150	R\$ 196.936,59	R\$ 984.682,95
VALOR TOTAL ANUAL:						R\$ 314.063,23	R\$ 1.570.316,15

1.2. Justificativa para Adjudicação por Grupo

1.2.1. A adjudicação deverá ser realizada por grupo para fins de exequibilidade dos serviços, visto que os itens acima mantêm relação entre si, diferenciando apenas quanto ao aspecto das coberturas (Completo => CASCO + FRANQUIAS e somente FRANQUIAS com SEGURO PARA TERCEIROS);

1.2.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra.

1.2.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.2.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

#### 1.3. Prazo de vigência do contrato

1.3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, documento integrante deste Termo de Referência.

#### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, documento integrante deste Termo de Referência.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a UFRGS, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- b) contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos, pelo período de 12 (doze) meses, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), bem ainda com cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais) acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 horas para os veículos da frota oficial de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. As apólices poderão vir em formato digital, não sendo necessária sua impressão.

6.2. Outros critérios de sustentabilidade não se aplicam, tendo em vista a natureza do serviço.

## 7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Emissão da apólice conforme com as coberturas exigidas neste Termos de Referência. A contratante deverá ter canais de comunicação permanente para atender as demandas da UFRGS quanto a atendimento de sinistros, oferecendo guincho e assistência 24 horas, sete dias por semana em todo território nacional, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica detalhamento neste Termo de Referência.

### 7.2. DO AVISO DE SINISTRO

7.2.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24h (vinte e quatro horas) por dia durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

7.2.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online com acessibilidade em todo o território nacional.

7.2.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

7.2.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

### 7.3. DA REGULAÇÃO DE SINISTRO

7.3.1. Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura:

- a) Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- b) Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- c) Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- d) Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE, não cabendo à CONTRATADA alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- e) O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos do aviso de sinistro de que trata o Item
- f) Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

### 7.4. IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.4.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando, para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

7.4.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período.

7.4.3. A devolução deverá ser realizada mediante desconto nos valores a serem pagos e/ou endosso via GRU (Guia de Recolhimento da União);

7.4.4. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

7.4.5. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via ofício com comprovante de recebimento.

7.4.6. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

7.4.7. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante desconto nos valores a serem pagos pela UFRGS e/ou endosso via GRU (Guia de Recolhimento da União)

## 7.5. DAS GARANTIAS BÁSICAS DO SEGURO

### 7.5.1. SEGURO TOTAL

7.5.2. Os veículos do Grupo 2 (Veículos Reitor e Vice-Reitor), Grupo 3 (Caminhão), Grupo 4 (Ônibus), Grupo 5 (Máquinas tipo agrícolas), Grupo 7 – Sub-grupo 02 (Caminhões), Grupo 7 – Sub-grupo 04 (Ônibus), Grupo 7 – Sub-grupo 05 (Máquinas tipo agrícola), possuem SEGURO COMPLETO com as seguintes características:

7.5.2.1. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Rio Grande do Sul e indicada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto;
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento;
- c) Raio e suas consequências;
- d) Incêndio e explosão;
- e) Queda em precipícios e pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- f) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- h) Granizo;
- i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros
- j) Garantia a veículos terceiros (RCF) /Danos materiais e corporais de terceiros;
- k) Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV);
- l) Atos danosos praticados por terceiros, exceto aqueles não indenizáveis regulamentados pela SUSEP.
- m) O Seguro deverá prever um valor de indenização por morte ou invalidez permanente para os ocupantes do veículo considerados o número normal/legal de ocupantes do mesmo no valor de R\$ 40.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- n) O seguro deve oferecer assistência 24 horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica em todo o território nacional;
- o) O seguro deve oferecer cobertura de danos nos acessórios, para-brisas, vidro traseiro (vigia), vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores.
- p) Casco (compreensivo) – Tabela Fipe 100% em caso de perda total,
- q) O Seguro deverá prever um valor de indenização por danos materiais ou corporais causados a terceiros pelo veículo segurado, com valores indenizatórios conforme segue:
  - I - O valor estipulado para indenização a terceiros por danos materiais será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
  - II - O valor estipulado para indenização a terceiros por danos corporais será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

## 8. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. O quantitativo atual de veículos oficiais pertencentes à frota da UFRGS, bem como as características de cada um, são os discriminados na tabela abaixo, podendo sofrer alterações por aquisição, alienação e/ou diversificação de linha nacional ou importada no decorrer do período em que estiverem sendo prestados os serviços.

GRUPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QTD	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)		VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL (R\$)	
1	22764	Veículos de Passeio	Meses	15	R\$ 967,98		R\$ 11.615,71	
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO		ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	Fiat Doblo Essence 1.8 Flex		2012	FLEX	ISW1704	501748	PASSEIO	R\$ 786,49
2	Fiat Doblo Essence 1.8 16v		2012	FLEX	ISW1381	501946	PASSEIO	R\$ 786,49
3	Fiat Doblo Essence 1.8 16v		2012	FLEX	ISW1285	501907	PASSEIO	R\$ 786,49
4	VW Space Fox Trend GII		2012	FLEX	ITW0563	516350	PASSEIO	R\$ 743,49
5	VW Space Fox Trend GII		2012/2013	FLEX	ITW0572	516349	PASSEIO	R\$ 743,49
6	VW Space Fox Trend GII		2013	FLEX	IUL1275	524664	PASSEIO	R\$ 743,49
7	GM Spin LTZ 1.8 108 cv		2014	FLEX	IWA9708	554678	PASSEIO	R\$ 846,11
8	GM Spin LTZ 1.8 108 cv		2014/14	FLEX	IWC0387	555956	PASSEIO	R\$ 846,11
9	VW Space Fox Trend GII		2014	FLEX	IWH7690	558507	PASSEIO	R\$ 743,49
10	Ford Fiesta SD 1.6 LSE 130 cv		2014	FLEX	IWA0124	554312	PASSEIO	R\$ 743,49
11	GM Spin LTZ 1.8 108 cv		2014	FLEX	IWC9559	557918	PASSEIO	R\$ 846,11
12	Palio Weekend Trekking 1.6		2014/2015	FLEX	IWJ5483	580211	PASSEIO	R\$ 756,74
13	Nissan Livina 16 108cv		2012/2013	FLEX	ITY5408	517950	PASSEIO	R\$ 743,49
14	FIAT/PALIO WK ATTRAC 1.4		2012	FLEX	ITA 6457		PASSEIO	R\$ 756,74
15	Renault Duster 20 D 4x4		2012	FLEX	IUC4447	527655	PASSEIO	R\$ 743,49
GRUPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QTD	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)		VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL (R\$)	
2	22764	Veículos (Reitor e Vice-Reitor)	Meses	4	R\$ 422,24		5.066,89	

RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
16	Citroen C4 Pallas	2012	FLEX	ITZ2586	518262	AUTOMÓVEL	R\$ 1.130,22
17	Citroen C4 Pallas	2012	FLEX	ITZ2595	518263	AUTOMÓVEL	R\$ 1.130,22
18	Linea Essence	2013	FLEX	IUG3867		AUTOMÓVEL	R\$ 1.141,97
19	RANGER XL CABINE DUPLA 4X4 2.2	2012	DIESEL	ITU4970		CAMIONETE	R\$ 1.664,48
GRUPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QTD	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL (R\$)	
3	22764	Caminhão	Meses	11	R\$ 3.238,27	38.859,26	
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
20	FD TRANSIT FURGAO 2.2 TDCI	2013/2014	DIESEL	OVT4588	549634	CAMINHÃO	R\$ 1.875,23
21	VW 8-160 E DELIVERY 2P (DIESEL)	2013/2014	DIESEL	IVQ4345	545679	CAMINHÃO	R\$ 4.057,29
22	FD CARGO 816 E TURBO 2P (DIESEL)	2014	DIESEL	IVR1582	546199	CAMINHÃO	R\$ 4.006,22
23	FD CARGO 816 E TURBO 2P (DIESEL)	2014	DIESEL	IVR1581	546198	CAMINHÃO	R\$ 4.006,22
24	FD CARGO 816 E TURBO 2P (DIESEL)	2014	DIESEL	IVR1583	546200	CAMINHÃO	R\$ 4.006,22
25	FD CARGO 2623 E 6X4 TURBO 2P	2014	DIESEL	IVT6521	549476	CAMINHÃO	R\$ 4.376,64
26	IV DAILY CHASSI 55C17 CD 4P	2014	DIESEL	IVV1372	551946	CAMINHÃO	R\$ 3.416,63
27	IV DAILY CHASSI 55C17 CD 4P	2014	DIESEL	IVV1394	551953	CAMINHÃO	R\$ 3.416,63
28	IV DAILY CHASSI 55C17 CD 4P	2014	DIESEL	IVU1981	550729	CAMINHÃO	R\$ 3.416,63
29	IV DAILY CHASSI 55C17 CD 4P	2014	DIESEL	IVU3757	550728	CAMINHÃO	R\$ 3.416,63
30	Kia Bongo K2700 DLX UB	2012	DIESEL	IOT1C31		CAMINHÃO	R\$ 2.864,92
GRUPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QTD	ESTIMADO MENSAL (R\$)	TOTAL ESTIMADO ANUAL (R\$)	
4	22764	ÔNIBUS	Meses	8	R\$ 1.744,34	20.932,03	
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
31	I Mercedes Benz- Micro-ônibus 146cv	2013	DIESEL	IVB9749	536827	ÔNIBUS	R\$ 2.209,69
32	Mercedes Benz Ônibus 146cv	2013	DIESEL	IVB9761	536829	ÔNIBUS	R\$ 2.209,69
33	Micro-ônibus I/Mercedes Benz 146cv	2013	DIESEL	IVB9774	536830	ÔNIBUS	R\$ 2.209,69
34	Micro-ônibus I/Mercedes Benz 146cv	2013	DIESEL	IVB9764	536828	ÔNIBUS	R\$ 2.209,69
35	Scania/Marcopolo Paradiso R	2012	DIESEL	IUM7757	518374	ÔNIBUS	R\$ 2.632,40
36	VW/Marcopolo Senior ON	2013	DIESEL	IUQ1152	518374	ÔNIBUS	R\$ 2.521,44
37	Marcopolo/Volare V8L Micro-ônibus	2014/2015	DIESEL	IVZ7137	548685	ÔNIBUS	R\$ 3.368,17
38	Marcopolo/Volare V8L Micro-ônibus	2014/2015	DIESEL	IVZ9667	548686	ÔNIBUS	R\$ 3.571,26
GRUPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QTD	ESTIMADO MENSAL (R\$)	TOTAL ESTIMADO ANUAL (R\$)	
5	22764	Máquinas tipos agrícolas	Meses	1	R\$ 2.210,66	26.527,87	
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
39	NEW HOLLAND TRATOR	2012	DIESEL	IUE0093	493097	RETRO ESCAVADEIRA	R\$ 26.527,87
6	22764	Camionete	Meses	15	R\$ 1.177,07	14.124,88	
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
40	VW Kombi 80cv	2012	DIESEL	ITO5044	511566	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
41	I Renault Kangoo Express 1.6	2013/2014	DIESEL	IUQ2425	527541	CAMIONETE	R\$ 896,99
42	I Renault Kangoo Express 1.7	2013/2014	DIESEL	IUQ2417	527542	CAMIONETE	R\$ 896,99
43	Nissan Frontier S 4x4 190 cv	2013/2014	DIESEL	IUQ6806	527823	CAMIONETE	R\$ 943,46
44	Nissan Frontier S 4x4 190 cv C. dupla	2013/2014	DIESEL	IUQ6797	527701	CAMIONETE	R\$ 943,46
45	Nissan Frontier S 4x4 190 cv C. dupla	2013/2014	DIESEL	IUQ6799	527824	CAMIONETE	R\$ 943,46

46	Nissan Frontier S 4x4 190 cv C. dupla		2013/2014	DIESEL	IUQ6789	527822	CAMIONETE	R\$ 943,46
47	Pegeot Boxer M330M 2.3		2014	DIESEL	IVZ9458	554313	CAMIONETE	R\$ 1.098,90
48	Toyota Hilux CD 4x4 SR 171cv		2015	DIESEL	IWS3289	570710	CAMIONETE	R\$ 871,92
49	Bramont		2013	DIESEL	DKI8C77		CAMIONETE	R\$ 943,46
50	Fiat Fiorino Furgão 71cv		2013	FLEX	IUC4476	582905	CAMIONETE	R\$ 808,46
51	Fiat Fiorino Furgão 71cv		2012/2013	FLEX	IUM4564	582906	CAMIONETE	R\$ 808,46
52	I/TOYOTA HILUX CD4X4 SRV		2013/2014	FLEX	MKV8B79		CAMIONETE	R\$ 871,92
53	RANGER XLT CABINE DUPLA 4A32C		2019	DIESEL	IZW7A64		CAMIONETE	R\$ 943,46
54	KOMBI 80 CV		2012/2013	FLEX	ITX2862	588341	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
7	22764	Veículos com mais de 10 anos	Meses	150	R\$	16.411,38	R\$ 196.936,59	
		Veículos de passeio						
		Caminhões						
		Veículos Leves						
		Ônibus						
		Máquinas tipos agrícolas						
		Camionetes						
RELAÇÃO		VEÍCULO/MODELO						

## Grupo 07 - Sub-Grupo 01 - Veículos de passeio

RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
55	GM/Astra 2.0 Sedan Advant	2007	FLEX	INW2373	406495	PASSEIO	R\$ 786,61
56	VW/Parati 1.6 107 cv	2007/2008	FLEX	INW7304	406560	PASSEIO	R\$ 743,49
57	Fiat/Palio Fire Flex 66cv	2008	FLEX	IPL7999	441345	PASSEIO	R\$ 756,74
58	Ford Fiesta 73 cv	2009	FLEX	IPZ2984	451086	PASSEIO	R\$ 743,49
59	Fiat Doblo HLX 1.8 MPI Flex	2009/2010	FLEX	IQI8213	459340	PASSEIO	R\$ 756,74
60	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2009/2010	FLEX	IQI8205	459342	PASSEIO	R\$ 756,74
61	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2009/2010	FLEX	IQG9706	457131	PASSEIO	R\$ 756,74
62	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2009/2010	FLEX	IQG9697	457132	PASSEIO	R\$ 756,74
63	Fiat Siena Fire 75 cv	2009/2010	FLEX	IQI8194	459341	PASSEIO	R\$ 756,74
64	Fiat Siena Fire 75 cv	2009/2010	FLEX	IPL8056	441347	PASSEIO	R\$ 756,74
65	Fiat Siena Fire 75 cv	2009/2010	FLEX	IQI8189	459343	PASSEIO	R\$ 756,74
66	VW Gol GIV 71 cv	2009/2010	FLEX	IQK0037	460241	PASSEIO	R\$ 743,49
67	Fiat Palio Weekend Trecking	2010	FLEX	IQT9541	465951	PASSEIO	R\$ 756,74
68	Fiat Palio Weekend Trecking	2010	FLEX	IQM2936	461231	PASSEIO	R\$ 756,74
69	GM Zafira Confort 2.0 140 cv	2010	FLEX	IQO6496	462999	PASSEIO	R\$ 846,11
70	VW Gol 1.0 GIV 71 cv	2010/2011	FLEX	IRP7006	478885	PASSEIO	R\$ 743,49
71	Fiat Doblo HLX 1.8 MPI Flex	2010/2011	FLEX	IRI0942	476587	PASSEIO	R\$ 756,74
72	Fiat Palio Fire Economy 1.0	2010/2011	FLEX	IRG8161	474461	PASSEIO	R\$ 756,74
73	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2010/2011	FLEX	IRF7159	474179	PASSEIO	R\$ 756,74
74	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2011	FLEX	IRG8115	474459	PASSEIO	R\$ 756,74
75	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2010/2011	FLEX	IRG8186	474463	PASSEIO	R\$ 756,74
76	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2010/2011	FLEX	IRG8137	474460	PASSEIO	R\$ 756,74
77	Fiat Palio Weekend 1.4 Attractive	2010/2011	FLEX	IRG8194	474486	PASSEIO	R\$ 756,74
78	Fiat Palio Weekend Attractive	2010/2011	FLEX	IRG8220	474489	PASSEIO	R\$ 756,74
79	Fiat Palio Weekend Attractive	2010/2011	FLEX	IRG8177	474485	PASSEIO	R\$ 756,74
80	Fiat Palio Weekend 1.4 Attractive	2010/2011	FLEX	IRG8C05	474488	PASSEIO	R\$ 756,74
81	Fiat Palio Weekend 1.4 Attractive	2010/2011	FLEX	IRG8215	474487	PASSEIO	R\$ 756,74
82	Fiat Palio Fire Economy 75 cv	2010/2011	FLEX	IRG8124	474462	PASSEIO	R\$ 756,74
83	VW Gol 1.0 GIV 71 cv	2010/2011	FLEX	IRJ9002	475799	PASSEIO	R\$ 743,49
84	VW Gol GIV 71 cv	2010/2011	FLEX	IRP0461	478884	PASSEIO	R\$ 743,49
85	Fiat Doblo Essence 1.8 132cv	2011/2012	FLEX	ISH1895	490779	PASSEIO	R\$ 786,49
86	GM Prisma Sedan Joy LS 1.0	2009/2010	FLEX	IQJ3671	459678	PASSEIO	R\$ 786,61
87	VW Parati CL 1.8 95cv	1993/1994	GASOLINA	IBD8437	257221	PASSEIO	R\$ 743,49
88	VW Parati 1.6 100cv	2000	ALCOOL	IJO6734	459143	PASSEIO	R\$ 743,49
89	VW Gol 1.0 72cv	2006	GASOLINA	INA1465	451792	PASSEIO	R\$ 743,49

90	VW Parati 1.6 100cv	2006	GASOLINA	INA3787	453091	PASSEIO	R\$ 743,49
91	VW Parati 1.6 Trackfield	2006	FLEX	INE9184	392237	PASSEIO	R\$ 743,49
92	VW PARATI 1.8 MI T. FIELD TOTAL	2006/2007	FLEX	INN2084	567738	PASSEIO	R\$ 743,49
93	FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX	2011/2012	FLEX	JIT8A68		PASSEIO	R\$ 756,74
94	GM Zafira 2.0	2002	GASOLINA	IKN6309		PASSEIO	R\$ 846,11
95	GM Zafira 2.0	2002	GASOLINA	IKN6D19		PASSEIO	R\$ 846,11
TOTAL ESTIMADO ANUAL							R\$ 31.224,94
Grupo 07 - Sub-Grupo 02 - Caminhões							
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
96	Volvo/VW 260 6x2R C. Aberta	2008	DIESEL	IOX1455	571680	CAMINHÃO	R\$ 3.549,21
97	Ford Cargo 815 E C. Fechada	2008/2009	DIESEL	MOK4454	442999	CAMINHÃO	R\$ 3.515,67
98	Ford Cargo 815 E C. Fechada	2008/2009	DIESEL	MNV0181	442799	CAMINHÃO	R\$ 3.515,67
99	Ford Cargo 815 E C. Aberta	2009	DIESEL	HLU3043	453975	CAMINHÃO	R\$ 3.515,67
100	VW/8.150 E Delivery C. Aberta	2009	DIESEL	KAT1272	443420	CAMINHÃO	R\$ 3.239,75
101	Hyundai HR C. Fechada 97cv	2009/2010	DIESEL	IQP3761	463585	CAMINHÃO	R\$ 2.610,07
102	Ford Cargo Cam. Basc. 1722 E	2010/2011	DIESEL	HOE1795	473709	CAMINHÃO	R\$ 3.221,41
103	Iveco Caminhão Ecargo Cidato 170	2010/2011	DIESEL	IRA1543	470889	CAMINHÃO	R\$ 3.072,82
104	I Kia K2500 HD C. Fechada	2011	DIESEL	ISK0683	491961	CAMINHÃO	R\$ 2.600,63
105	Iveco Daily C. Dupla 155cv	2011	DIESEL	ISH9A99	490857	CAMINHÃO	R\$ 1.741,70
106	Ford Cargo 815 N 150cv	2011/2012	DIESEL	HNC4320	508020	CAMINHÃO	R\$ 3.742,09
107	I Kia K2500 HD C. Fechada	2011/2012	DIESEL	PEK5044	506683	CAMINHÃO	R\$ 2.650,17
108	I Kia K2500 HD C. Fechada	2011/2012	DIESEL	PEE2834	506684	CAMINHÃO	R\$ 2.650,17
109	I Kia K2500 HD C. Fechada	2011/2012	DIESEL	PEK5114	506682	CAMINHÃO	R\$ 2.650,17
110	VW 12.140 TC C. Aberta	1998	DIESEL	IIH0303	301108	CAMINHÃO	R\$ 2.175,90
111	Merdez Bens Caminhão Furgão	1998	DIESEL	IHL3061	066802	CAMINHÃO	R\$ 1.789,73
112	Iveco Daily C. Dupla 155cv	2011/2012	DIESEL	HEK8849	494646	CAMINHÃO	R\$ 3.105,32
113	Kia Bongo K2700 DLX UB	2001	DIESEL	IKJ9336	338816	CAMINHÃO	R\$ 2.014,75
TOTAL ESTIMADO							R\$ 51.360,90
Grupo 07 - Sub-Grupo 03 - Veículos Leves							
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
114	Honda CG 125 FAN KS	2010	GASOLINA	IQS5802	465306	MOTOCICLETAS	R\$ 800,00
115	Honda CG 125 FAN KS	2010	GASOLINA	IQS5800	465305	MOTOCICLETAS	R\$ 800,00
116	Yamaha YBR 125K 0124cc	2002	GASOLINA	IKQ4005	346364	MOTOCICLETAS	R\$ 800,00
TOTAL ESTIMADO							R\$ 2.400,00
Grupo 07 - Sub-Grupo 04 - Ônibus							
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
117	Agrale/MA 8.5 Unisaude	2007/2008	DIESEL	IOM5578	422934	ÔNIBUS	R\$ 2.793,48
118	VW Marcopolo Paradiso R	2008	DIESEL	IOQ9774	426646	ÔNIBUS	R\$ 2.173,59
119	Iveco/Daily Micro-ônibus TCA	2009	DIESEL	IQB1489	453393	ÔNIBUS	R\$ 2.673,75
120	Mercedes Benz Maxibus Lince 360 cv	2009	DIESEL	IQU8916	460158	ÔNIBUS	R\$ 2.894,43
121	Marcopolo Volare W9 On	2009	DIESEL	IPP0617	443604	ÔNIBUS	R\$ 2.344,21
122	VW 17.210 Maxibus U	2009	DIESEL	IQY4169	460159	ÔNIBUS	R\$ 3.186,03
123	VW Masca Granmidi	2010	DIESEL	IQR7225	464700	ÔNIBUS	R\$ 2.894,43
124	VW Masca Granmidi	2010	DIESEL	IQR7277	464701	ÔNIBUS	R\$ 2.894,43
125	Volvo Marcopolo Viaggio R	2012	DIESEL	IUM7806	518372	ÔNIBUS	R\$ 2.894,43
126	Mercedes Benz OF 1318	1989	DIESEL	IHL6072	230734	ÔNIBUS	R\$ 2.371,64
127	Mercedes Benz OF 1620	1997	DIESEL	IGW3536	293726	ÔNIBUS	R\$ 2.741,27
128	Mercedes Benz Sprinter 310 D 95cv	1997	DIESEL	IGN7630	291444	ÔNIBUS	R\$ 1.306,61
129	Mercedes Benz Andare R	1999	DIESEL	IJF7190	317277	ÔNIBUS	R\$ 3.078,59
130	Mercedes Benz Senior GVO	2002	DIESEL	IKR9153	348559	ÔNIBUS	R\$ 1.717,59
131	Marcoplo Volare A8 On	2002	DIESEL	IKU3400	371712	ÔNIBUS	R\$ 2.001,54
132	Mercedes Benz OF 1318	2003/2004	DIESEL	ILI8012	359098	ÔNIBUS	R\$ 3.348,73
133	Mercedes Benz 145cv	1972	DIESEL	IHL5983	006515	ÔNIBUS	R\$ 2.127,85
134	Mercedes Benz Micro-ônibus	2005	DIESEL	IMN4635	552851	ÔNIBUS	R\$ 1.609,38
135	Fiat Ducato Minibus 127cv	2006/2007	DIESEL	IND7886	391883	ÔNIBUS	R\$ 1.556,97
TOTAL ESTIMADO							R\$ 46.608,95
Grupo 07 - Sub-Grupo 05 - Máquinas tipo agrícola							
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
136	New Holland Trator 75cv	2008	DIESEL	IPP5726		TRATOR	R\$ 680,01

137	TRATOR	1986	DIESEL	IPD0187		TRATOR	R\$ 680,01
TOTAL ESTIMADO							R\$ 1.360,02
Grupo 07 - Sub-Grupo 06 - Camionete							
RELAÇÃO	VEÍCULO/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACAS	PATRIMÔNIO	VEÍCULO	VALOR ESTIMADO ANUAL
138	Ford Ranger XL 13p 163cv	2007/2008	DIESEL	IOJ0716	421601	CAMIONETE	R\$ 851,12
139	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2007/2008	FLEX	IOI0285	421599	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
140	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2007/2008	FLEX	IOJ4761	421572	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
141	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2007/2008	FLEX	IOE0982	418400	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
142	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2007/2008	FLEX	IOI0268	421600	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
143	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2007/2008	FLEX	DXV6961	412809	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
144	FD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4	2008	DIESEL	IOS1557	425830	CAMIONETE	R\$ 851,12
145	FIAT FIORINO FURG.1.5/1.3/1.3	2009/2010	FLEX	HLT1372	455734	CAMIONETE	R\$ 808,46
146	MITSUBISHI L200 GL 2.5 4X4 CD DIESEL	2009/2010	DIESEL	IQM8149	461438	CAMIONETE	R\$ 943,46
147	MITSUBISHI L200 GL 2.5 4X4 CD DIESEL	2009/2010	DIESEL	IQC4582	460777	CAMIONETE	R\$ 943,46
148	MITSUBISHI L200 OUTDOOR HPE 2.5 4X4 CD	2009/2009	DIESEL	IPP2302	569569	CAMIONETE	R\$ 943,46
149	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2009/2010	FLEX	IQP1773	462967	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
150	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2009/2010	FLEX	IQP1768	462968	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
151	FIAT DUCATO CARGO CURTO 2.3 ME	2010/2011	DIESEL	IQU9434	468540	CAMIONETE	R\$ 995,17
152	FIAT DUCATO CARGO CURTO 2.3 ME	2010/2011	DIESEL	IRG4729	474180	CAMIONETE	R\$ 995,17
153	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4 CS	2010	DIESEL	HIG8693	466179	CAMIONETE	R\$ 851,12
154	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4 CS	2010	DIESEL	HIG8523	466190	CAMIONETE	R\$ 851,12
155	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4 CS	2010	DIESEL	HIG8522	466189	CAMIONETE	R\$ 851,12
156	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4 CS	2010	DIESEL	HIG 8520	466187	CAMIONETE	R\$ 851,12
157	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4 CS	2010	DIESEL	HIG8500	466188	CAMIONETE	R\$ 851,12
158	RANGER XL 4X4 3.0 ELETRONIC	2010/2011	DIESEL	IRE6916	473493	CAMIONETE	R\$ 851,12
159	GM S10 PICK-UP RODEIO 2.8 TDI 4X4	2010/2011	DIESEL	IRQ2177	479851	CAMIONETE	R\$ 1.023,06
160	GM S10 P-UP COLINA 2.8 TDI	2010/2011	DIESEL	IRH0614	474224	CAMIONETE	R\$ 913,98
161	GM S10 P-UP COLINA 2.8 TDI	2010/2011	DIESEL	IRG9447	474225	CAMIONETE	R\$ 913,98
162	GM S10 PICK-UP RODEIO 2.8 TDI 4X4	2010/2011	DIESEL	IRQ1080	480168	CAMIONETE	R\$ 1.023,06
163	TOYOTA HILUX CD D4-D 4X4 2.5 16V	2010	DIESEL	IQV1385	533067	CAMIONETE	R\$ 871,92
164	VW KOMBI FURGAO 1.4 MI TOTAL	2010/2011	FLEX	IRD6552	473179	CAMIONETE	R\$ 926,74
165	FIAT FIORINO FURG.1.5/1.3/1.3	2011/2012	FLEX	ISK 2G69	491912	CAMIONETE	R\$ 808,46
166	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4	2011/2012	DIESEL	ISN3529	497011	CAMIONETE	R\$ 851,12
167	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4	2011/2012	DIESEL	ISZ1355	503808	CAMIONETE	R\$ 851,12
168	FORD RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4	2011	DIESEL	HAG5743	529648	CAMIONETE	R\$ 851,12
169	FORD RANGER XLT 3.0 PSE 163CV 4X4	2011/2012	DIESEL	ISK2603	491600	CAMIONETE	R\$ 943,46
170	FORD RANGER XLT 3.0 PSE 163CV 4X4	2011/2012	DIESEL	HLD3507	501177	CAMIONETE	R\$ 943,46
171	FORD RANGER XLT 3.0 PSE 163CV 4X4	2011/2012	DIESEL	HLE2735	495091	CAMIONETE	R\$ 943,46
172	FORD RANGER XLT 3.0 PSE 163CV 4X4	2011/2012	DIESEL	HLD3506	501176	CAMIONETE	R\$ 943,46

173	MERCEDES BENZ SPRINTER 313 VAN EXEC 2.2	2011	DIESEL	HKF4981	501178	CAMIONETE	R\$ 958,96
174	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2011/2012	FLEX	ISB8116	490432	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
175	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2011	FLEX	IRP6989	480169	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
176	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2011	FLEX	IRO9852	478844	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
177	VW KOMBI STANDARD 1.4 MI TOTAL	2011	FLEX	IRO9857	478845	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
178	VW KOMBI STANDARD 1.6 GAS.	1993/1994	GASOLINA	IBG2786	260102	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
179	VW KOMBI STANDARD/ LUXO/	2002/2003	GASOLINA	IKZ4275	364448	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
180	GM - D20 CD CUSTOM S 3.9 DIES.	1987	DIESEL	IBO7861	260679	CAMIONETE	R\$ 1.052,81
181	GM - BRASINCA CUSTOM S 3.9 DIES.	1988/1989	DIESEL	IHL3065	214898	CAMIONETE	R\$ 913,98
182	GM - BRASINCA CUSTOM S 3.9 DIES.	1988/1989	DIESEL	IHL6130	226500	CAMIONETE	R\$ 913,98
183	KOMBI STANDARD 1.6 GAS.	1993/1994	GASOLINA	IBD8422	259520	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
184	KOMBI STANDARD 1.6 GAS.	1993/1994	GASOLINA	IBG2939	260103	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
185	TOYOTA HILUX CD STD 4X4 2.4/2.8 DIES. 4P	1996	DIESEL	IFQ1569	267808	CAMIONETE	R\$ 871,92
186	TOYOTA BANDEIRANTE PICAPE CD BJ55LP2BL	1996/1997	DIESEL	IFO7081	282369	CAMIONETE	R\$ 871,92
187	LAND ROVERDEFENDER 110 CSW/110 PCSW/110	1997	DIESEL	IGT7621	292710	CAMIONETE	R\$ 871,92
188	VW/KOMBI	1997/1998	GASOLINA	IGV8752	299785	CAMIONETE	R\$ 926,74
189	VW - KOMBI CARAT/STANDARD 1.6 GAS.	1997/1998	GASOLINA	IGX7011	294279	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
190	VW - KOMBI CARAT/STANDARD 1.6 GAS.	1997/1998	GASOLINA	IIC8614	333754	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
191	GM CORSA PICK-UP STD/ RODEIO	2000/2001	GASOLINA	IJR7970	357908	CAMIONETE	R\$ 852,01
192	GM S10 PICK-UP 2.4 MPFI 8V 128CV	2000/2001	GASOLINA	IJV6180	421996	CAMIONETE	R\$ 913,98
193	MITSUBISHI L200 GLS 2.5 4X4 CD DIESEL	2001	DIESEL	IRE4444		CAMIONETE	R\$ 943,46
194	RENAULT KANGOO RL 1.6 8V	2002	GASOLINA	IKV6492	433241	CAMIONETE	R\$ 896,99
195	TOYOTA HILUX CD DX 4X4 3.0 8V 90CV	2002	DIESEL	IKV3544	356425	CAMIONETE	R\$ 851,12
196	RENAULT KANGOO RN/EXPRESSION 1.6	2003	GASOLINA	ILJ5243	361170	CAMIONETE	R\$ 743,49
197	VW KOMBI STANDARD/ LUXO/	2003	GASOLINA	ILK1484	387698	CAMIONETE	R\$ 1.105,24
198	FIAT FIORINO FURG.1.5/1.3/1.3	2006	GASOLINA	INA1578	493580	CAMIONETE	R\$ 808,46
199	GM S10 PICK-UP 2.5 4X4 CD TB MAX	2000	DIESEL	IJF5943	382015	CAMIONETE	R\$ 913,98
200	RENAULT MASTER 2.5 DCI FURG.	2006	DIESEL	INO2905	398536	CAMIONETE	R\$ 958,96
201	MERCEDES BENZ SPRINTER FURGAO 310 D 2.5 TURBO	1998	DIESEL	IIV2C85	331272	CAMIONETE	R\$ 958,96
202	FORD RANGER CD STD/XL 2.5 TURBO DIES.	1998	DIESEL	IIG3516	327677	CAMIONETE	R\$ 851,12
203	FORD RANGER XL 13P CABINE DUPLA	2008	DIESEL	IOU7849		CAMIONETE	R\$ 851,12
204	GM - BLAZER DLX 4X4	2002	DIESEL	IKN6315		CAMIONETE	R\$ 915,04
TOTAL ESTIMADO							R\$ 63.981,78
VALOR ESTIMADO ANUAL							R\$ 314.063,23
VALOR ESTIMADO MENSAL							R\$ 26.171,94

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA UFRGS

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais da própria UFRGS, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada, quando esgotadas as medidas administrativas cabíveis;
- 9.10. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a UFRGS autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na UFRGS, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando cabível: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à UFRGS;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela UFRGS ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da UFRGS, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à UFRGS, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.23. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da UFRGS;
- 10.24. Responder pelos danos causados diretamente à UFRGS, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo dessa possibilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela UFRGS;
- 10.25. Aceitar, nas mesmas condições do Edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da obrigação, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 10.26. Informar a UFRGS, através de declaração (Anexo ao edital), caso haja alteração em seus dados bancários;
- 10.27. Receber o pedido e executar o serviço contratado, no prazo e local estabelecidos neste Anexo, e nas condições constantes da proposta apresentada e aceita pela UFRGS;
- 10.28. Manter o fiscal do contrato informado sobre todas as ocorrências durante a execução do contrato;
- 10.29. Informar a UFRGS, através de declaração entregue com protocolo, caso haja alteração de endereço, sendo consideradas válidas todas as notificações, informações, correspondências e avisos que lhe forem dirigidas para o endereço contratual originalmente indicado, caso não seja procedida a mencionada alteração;
- 10.30. Atender todas as especificações e obrigações constantes do Termo de Referência.
- 10.31. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis).
- 10.32. Garantir o seguro dos veículos relacionados neste Termo de Referência durante a vigência.
- 10.33. Prestar os seguintes serviços:
- a) Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas para atendimento ao veículo segurado e a seus ocupantes, válida para todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.
  - b) Socorro mecânico emergencial no local do acidente.
  - c) Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
  - d) Troca de pneus.
  - e) Assistência em caso de falta de combustível (Reboque ou envio de combustível).
  - f) Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.
  - g) Serviço de despachante.
  - h) Cobertura por perda parcial do veículo segurado por lesão.
  - i) Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
  - j) Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado, à distância mínima de 200 Km.
- 10.33.1. Indenizar integralmente a Contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE – mínimo 110 (cento e dez) por cento para os veículos segurados = para os veículos do Grupo 2 (Veículos Reitor e Vice-Teitor), Grupo 3 (Caminhão), Grupo 4 (Ônibus), Grupo 5 (Máquinas tipo agrícolas), Grupo 7 – Sub-grupo 02n(Caminhões), Grupo 7 – Sub-grupo 04 (Ônibus), Grupo 7 – Sub-grupo 05 (Máquinas tipo agrícola)
- 10.33.2. Apresentar preços de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, devendo estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação das franquias e do prêmio total aos veículos.
- 10.33.3. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante em caso de acidente/sinistro.
- 10.33.4. Atender os prazos e condições previstas nos serviços de acionamento de sinistro dispostos no item 15 deste Termo de Referência.
- 10.33.5. Atender os prazos e condições dispostos neste Termo de Referência.
- 10.33.6. Manter, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.
11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório
12. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa

jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da UFRGS à continuidade do contrato.

### **13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da UFRGS, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da UFRGS deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, quando houver, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da UFRGS deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores (quando houver), além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da UFRGS ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

14.1. Tendo em vista a natureza do serviço contratado, o disposto neste item não será aplicado.

### **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1. A emissão da Apólice/boleto deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo..

15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização, quando houver, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização

deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto, quando houver.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Apólice/boleto será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela UFRGS no prazo de 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. Para comprovação dos dados bancários informados na proposta, a CONTRATADA deverá encaminhar DECLARAÇÃO PARA CADASTRAMENTO DE DOMICÍLIO BANCÁRIO, (conforme modelo anexo ao edital) juntamente com o documento fiscal.

16.5. Para cobrança, quando houver fornecimento de peças e/ou material de consumo, deverá ser emitida Nota Fiscal de venda mercantil.

16.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e da UFRGS;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da UFRGS.

16.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a UFRGS deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.14. Persistindo a irregularidade, a UFRGS deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.16. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 17. DO REAJUSTE

17.1. O valor do contrato poderá ser revisto, em caso de renovação da(s) apólices(s), mediante solicitação da contratada com base nos preços praticados pelo mercado com demonstração analítica e documental da elevação dos custos.

## 18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Não se aplica para este tipo de contratação.

18.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista a natureza do serviço contratado (*seguros*).

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da Garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), quando exigida neste Termo de Referência, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.1. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses de: ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal.

19.2.4.2. Para a definição da dosimetria da pena será utilizada como parâmetro a IN SA/SG-PR Nº 01, de 23/11/2020.

19.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a UFRGS pelos prejuízos causados.

19.2.6. As sanções previstas nos subitens “21.2.1”, “21.2.3”, “21.2.4” e “21.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato ou da parcela que der causa
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato ou da parcela que der causa
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato ou da parcela que der causa
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato ou da parcela que der causa
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato ou da parcela que der causa

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários se previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
20. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 20.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
  - b) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
  - c) *Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.*
  - d) *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.*
  - e) *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.*
  - f) *Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.*
- 20.3.2. Fica dispensado a emissão e apresentação de *atestado de vistoria por parte do licitante.*
- 20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 20.4.1. **Valor Total/Global: R\$ 314.063,23** (trezentos e quatorze mil sessenta e três reais e vinte e três centavos).
- 20.4.2. **Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.**
- 20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
21. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 21.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 314.063,23** (trezentos e quatorze mil sessenta e três reais e vinte e três centavos) .
22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 22.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
23. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 23.1. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes apêndices:
- a) APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar (doc. 4124644);



Documento assinado eletronicamente por EVANDRO LUIS BOBSIN, ENGENHEIRO-ÁREA, em 03/03/2023, às 10:28, conforme art. 7º, I, da Portaria nº 6954 de 11 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ufrgs.br/sei/verifica.php> informando o código verificador 4554589 e o código CRC 1DAF0B93.